



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS



Os membros da comunidade reúnem-se para avaliar as populações e o habitat dos pandas vermelhos. Nepal. Fotografia: World Wildlife Fund (WWF)

GUIA DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Março de 2022

CONTEÚDO

I. INTRODUÇÃO	2
PÚBLICO E FINALIDADE	2
VANTAGENS DO ENVOLVIMENTO	3
RESUMO DESTE GUIA	3
II. NÍVEIS E FORMAS DE ENVOLVIMENTO	5
NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO	5
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	6
IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES: O QUE SE ENTENDE POR COMUNIDADE?	6
DIÁLOGO	8
CONSULTA	8
CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E INFORMADO	8
ENVOLVIMENTO ACTIVO E INCLUSIVO	9
PARCERIA	9
III. ABORDAGENS E FERRAMENTAS DE ENVOLVIMENTO	12
ABORDAGENS E FERRAMENTAS DE ENVOLVIMENTO	12
INQUÉRITO APRECIATIVO	12
TRABALHAR COM E DENTRO DAS REDES E SISTEMAS SOCIAIS LOCAIS	13
DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO	13
CO-CRIAÇÃO E CO-GESTÃO	14
FERRAMENTAS-CHAVE PARA O ENVOLVIMENTO	15
IDENTIFICAÇÃO E PRÉ-CONSULTA DAS COMUNIDADES	15
ENVOLVIMENTO DIRETO	16
CONSULTAS, CONSENTIMENTO E FEEDBACK	17
MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA COLABORAÇÃO, APRENDIZAGEM E ADAPTAÇÃO	17
IV. CONCLUSÃO E ETAPAS SEGUINTE	20

I. INTRODUÇÃO

PÚBLICO E FINALIDADE

A Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tem uma longa história de apoio à participação das comunidades e ao desenvolvimento participativo. O objectivo deste Guia de Envolvimento da Comunidade é analisar amplamente o conceito de envolvimento. Principalmente quando existem problemas ou questões específicas relativos a Povos Indígenas.

A Política da USAID sobre a [Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas \(PRO-IP\)](#) estabelece um mandato para envolver os Povos Indígenas e as suas comunidades. Além disso, o Congresso dos Estados Unidos determina que a USAID realize a devida diligência em relação à forma como os Povos Indígenas e as comunidades locais participam e são afectados pelos investimentos da USAID em parques nacionais e outras áreas protegidas.¹

A PRO-IP disponibiliza inspiração e ideias para uma participação robusta das diversas comunidades que interagem com projectos da USAID em todos os sectores. A Declaração dos Gestores refere-se às comunidades locais abrangidas; neste documento, as comunidades relevantes serão referidas como "comunidades".

Com base nos recursos da USAID e globais, este Guia de Envolvimento da Comunidade define conceitos-chave e fornece uma perspectiva geral das abordagens, quadros e ferramentas para mobilizar as comunidades envolvidas e afectadas pelos projectos da USAID. O público a que se destina este guia é constituído pelos responsáveis da USAID, pessoal técnico e parceiros de implementação em todos os sectores técnicos. As acções aqui descritas incluem as formas mais comuns de envolvimento. Os parceiros de implementação devem consultar o seu contrato ou acordo quanto aos requisitos específicos da adjudicação, tais como a obtenção de **consentimento livre, prévio e informado (FPIC)** dos Povos Indígenas afectados e potencialmente afectados e o estabelecimento de um mecanismo de reclamação e reparação para projectos da USAID que apoiem áreas protegidas. Outras acções, como a realização de consultas e a coleta de dados junto e no seio das comunidades, dependerão do tipo de projecto, bem como do nível de envolvimento que a USAID, os parceiros e os membros da comunidade determinarem ser necessário e apropriado.

¹ A Declaração dos Responsáveis ou Declaração Explicativa Conjunta à Lei das Dotações Estrangeiras do Senado de 2020 incluiu novos requisitos de envolvimento e responsabilização das comunidades em relação à utilização dos fundos federais do ano fiscal de 2020 para ou dentro dos Parques Nacionais e outras áreas protegidas. Esses fundos só podem ser disponibilizados "se os acordos para a alocação de fundos entre os parceiros de implementação e o Departamento de Estado e a USAID incluírem disposições que exijam que:

1. As informações que detalhem o projecto proposto e os seus potenciais impactos sejam partilhadas com as comunidades locais e que o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas afectadas seja obtido em conformidade com as normas internacionais;
2. Os potenciais impactos do projeto proposto para as reivindicações de terras ou de recursos existentes pelas comunidades locais ou povos indígenas afetados sejam considerados e abordados em qualquer plano de gestão;
3. Quaisquer guardas ecológicos, guardas-florestais e outro pessoal autorizado a proteger a biodiversidade sejam devidamente treinados e monitorados; e
4. Existam mecanismos eficazes de reclamação e reparação para as vítimas de violações dos direitos humanos e de outras condutas impróprias."

VANTAGENS DO ENVOLVIMENTO

A participação da comunidade é fundamental para o desenvolvimento e permite que a USAID e os parceiros de implementação compreendam e abordem os objetivos, preocupações e desafios enfrentados pelas pessoas afectadas em parceria com os projectos de desenvolvimento. Para efeitos deste guia, o envolvimento da comunidade refere-se ao conjunto completo de comunicações e interações com as comunidades ao longo da vida de um projecto. Não deve ser presumido que as comunidades estão dispostas e são capazes de aceitar o envolvimento. No entanto, o guia recomenda que o envolvimento da comunidade seja o mais profundo possível, porque é este o caminho para um desenvolvimento sustentável e de alto impacto que reduza os riscos para a USAID, os parceiros e as comunidades. Consultar “ Instruções” no Guia de Envolvimento das Comunidades para a obtenção de recursos sobre uma participação aprofundada.

O envolvimento robusto da comunidade, realizado de acordo com as boas práticas, pode alcançar o seguinte, entre muitos outros benefícios:

- Aumento da confiança entre a USAID, os implementadores e as comunidades através de consultas sérias e de diálogo franco.
- Identificação de prioridades e de planos de desenvolvimento comunitário para assegurar que as intervenções apoiadas pela USAID correspondam às prioridades, activos e necessidades da comunidade, garantindo que as vozes e perspectivas dos diferentes membros da comunidade sejam ouvidas e compreendidas. Além disso, é importante assegurar que sejam tomadas medidas para compreender e incorporar prioridades e necessidades em concorrência (por exemplo, entre homens e mulheres, jovens e idosos, grupos étnicos diferentes).
- Mediação da participação da comunidade no processo de concepção e aplicação de conhecimentos e recursos locais para enfrentar os desafios do desenvolvimento.
- Consulta e comunicação contínuas ao longo da vida da atividade que informem a colaboração, aprendizagem e adaptação (CLA, em inglês) para se melhorar os resultados do projecto e do desenvolvimento.
- Identificação comunitária de potenciais impactos positivos ou negativos e de medidas de mitigação que possam não ser levadas em conta pelos intervenientes externos, incluindo a atenuação dos riscos de reputação para a USAID, para os parceiros de implementação e para o projecto.
- Redução dos riscos e custos associados à reformulação ou ao encerramento do projecto se a "licença social" (aprovação dos protagonistas locais) não for obtida ou for perdida.

RESUMO DESTES GUIA

Este guia fornece uma perspectiva geral dos conceitos, abordagens e ferramentas para o envolvimento com comunidades. Aconselha sobre como determinar a abordagem correcta para a OU e o parceiro de implementação, e quando aplicar estas abordagens durante o ciclo do programa. Também possui ligações para orientações mais abrangentes, externas e da Agência, como informação sobre o contacto com os Povos Indígenas. Como referido no PRO-IP, o envolvimento é obrigatório para os programas da USAID que tenham impactos potenciais sobre os Povos Indígenas.

O Capítulo II fornece uma visão geral dos níveis básicos de envolvimento e depois apresenta as principais formas de envolvimento, das menos às mais robustas. O capítulo inclui uma tabela que descreve as

funções da USAID e dos parceiros de implementação. O Capítulo III começa com uma análise das abordagens e estruturas de compromisso que podem moldar a forma como qualquer ferramenta ou método é utilizado. As ferramentas e métodos de envolvimento são combinados com formas e etapas de envolvimento e mobilização, notando-se que muitas das ferramentas e métodos podem ser utilizados em diferentes fases de envolvimento, dependendo do momento, do tipo de projecto e de outros factores.

II. NÍVEIS E FORMAS DE ENVOLVIMENTO

O envolvimento precoce e contínuo das comunidades é uma boa prática e é o que se espera na maioria das situações. A forma de envolvimento difere, no entanto, dependendo do momento e da tarefa. Este capítulo apresenta primeiro três níveis básicos de participação e, em seguida, percorre formas de mobilização que representam relacionamentos progressivamente mais profundos e processos potencialmente mais formais. A Tabela I resume diferentes pontos de entrada de mobilização e os papéis da USAID e dos parceiros de implementação.

NÍVEIS DE ENVOLVIMENTO

As pesquisas sobre o envolvimento da comunidade no desenvolvimento identificaram três níveis básicos de participação. O primeiro nível (informar) é comum por múltiplas razões, incluindo a falta de recursos dedicados para o envolvimento ou um foco altamente técnico do projecto ou equipe do projecto. A consulta, segundo nível, deve ser realizada somente após a identificação, as apresentações e o contacto inicial. À medida que o envolvimento vai além da consulta, há muitas vias para se transferir a tomada de decisões para as comunidades.

Quanto mais poder de decisão e recursos as instituições comunitárias tiverem para aperfeiçoar e aplicar as decisões, melhor as atividades poderão corresponder às necessidades e aspirações de desenvolvimento sustentável das comunidades.

As comunidades são **informadas** sobre o que já foi decidido ou que medidas já foram ou poderão vir a ser tomadas. Este nível de envolvimento pode centrar-se nas comunidades e em outras partes interessadas não estreitamente associadas ao projecto ou visar uma sensibilização geral (por exemplo, mensagens de saúde). Esta comunicação é geralmente informal, mas pode ter lugar em contextos mais formais, como reuniões de organização comunitária.

As comunidades são **consultadas** relativamente às suas preferências face a alternativas, decisões ou acções. Este nível pode ser mais apropriado para o planeamento. Pode tratar-se de um processo informal ou incorporado em acordos com as comunidades, dependendo dos compromissos de adesão às preferências das comunidades. Quem implementa deve ser claro quanto à sequência das consultas, para que as comunidades não fiquem frustradas depois de darem sua contribuição e não o verem reflectida no projecto.

A **tomada de decisões** implica uma comunicação colaborativa e uma parceria eficaz com as comunidades em todas as actividades e fases relevantes do processo de tomada de decisões, incluindo a identificação de problemas, a realização de consultas, a coleta de informação, a formulação de alternativas e a análise das suas potenciais consequências, a implementação do projecto, e a avaliação do projecto. Este nível é recomendado para um envolvimento robusto da comunidade e para a apropriação por esta das acções e dos resultados do projecto. Note-se que pode envolver tanto processos formais (por exemplo, protocolos de acordo, subsídios) como informais. O reforço de capacidades, a tutoria e outros apoios são muitas vezes necessários para uma co-decisão eficaz a fim de reduzir as desigualdades de poder. (Adaptado de [Boas Práticas no Envolvimento de Partes Interessadas na Programação da Biodiversidade](#) da USAID)

CAIXA 1. O QUE É UMA PARTE INTERESSADA?

Uma parte interessada é uma pessoa ou grupo que tem interesse nos resultados de um projecto. As partes interessadas podem incluir funcionários e organismos governamentais, a sociedade civil e grupos de ativistas, o setor privado e outros doadores, bem como comunidades, que podem ou não ser representadas por grupos. A identificação e consulta de todas as partes interessadas, bem como o forte envolvimento dos principais interessados - os elementos fulcrais para o sucesso - integram qualquer bom projecto. Diferentes abordagens de envolvimento são apropriadas para tipos diferentes de intervenientes e em diferentes situações. Por exemplo, em alguns casos, é uma boa prática reunir diversas partes interessadas para um planeamento conjunto e, em outros casos, essa abordagem não é viável ou apropriada. Este guia não abordará todos os tipos de partes interessadas e de situações, mas pode apontar as melhores práticas de envolvimento em geral. está centrado na tarefa essencial de envolvimento das comunidades locais.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Este capítulo segue a sequência desde a forma menos activa de participação (identificação) até à mais robusta (parceria). O FPIC, descrito detalhadamente abaixo, pode ser obrigatório em actividades onde tenham sido identificados Povos Indígenas, independentemente do nível ou da forma de participação. FPIC é um conjunto elevado de normas de envolvimento que é estabelecido por leis internacionais baseadas nos direitos humanos dos Povos Indígenas. Os parceiros de implementação devem ter em conta as leis nacionais, as disposições da adjudicação e os protocolos comunitários para determinar se o FPIC é necessário. Em alguns casos, as comunidades podem não querer envolver-se ou podem ser incapazes de o fazer. A USAID pode também decidir limitar ou reduzir o envolvimento, por exemplo em caso de conflito, riscos de segurança ou outros factores.

IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES: O QUE SE ENTENDE POR COMUNIDADE?

A palavra comunidade tem muitos significados e componentes. Para este guia, a comunidade referir-se-á principalmente a grupos de pessoas num país anfitrião que são destinatárias visadas ou partes afectadas da assistência da USAID. O termo comunidades abrange grupos de pessoas que podem ser abrangidas por projectos da USAID, como os residentes numa área-alvo ou as afectadas por um investimento da USAID. Note-se que o [PRO-IP](#) aborda detalhadamente a identificação dos Povos Indígenas e as respectivas comunidades.

Em muitos casos, os grupos-alvo iniciais podem ser reduzidos, mas, à medida que um projecto se expande, o número de pessoas e grupos envolvidos aumenta; esse “aumento de escala” está geralmente incorporado nos projectos. O envolvimento pode também ser inicialmente limitado a algumas pessoas de um grupo, tais como líderes, um grupo da sociedade civil, pessoas com papéis ou necessidades específicas, ou participantes auto-selecionados. A USAID tem políticas e práticas sólidas para apoiar a inclusão e representação dos Povos Indígenas, mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiência, e lésbicas, homossexuais, transexuais e intersexuais. Há outras categorias de pessoas que podem ter uma pequena representação, incluindo as muito pobres, sem terra, de casta inferior, com menos poder político ou mais isoladas. Por isso, é importante tomar conhecimento da diversidade das comunidades e de como os participantes activos representam todo o grupo-alvo, e alcançar tantos subgrupos quantos forem possíveis dentro de uma comunidade alvo a fim de assegurar resultados equitativos.

As comunidades também abrangem outras dimensões. Uma unidade comum de ajuda ao desenvolvimento é o agregado familiar. Mas é bem conhecido que, devido a preconceitos de género, normas socioculturais discriminatórias, relações de poder desiguais, e outros fatores, os benefícios podem acumular-se de forma desigual dentro dos agregados familiares. Os indivíduos pertencentes às famílias e agregados familiares vivem frequentemente em locais diferentes, tais como cidades extensas e zonas rurais, por motivos de instrução ou de oportunidades de subsistência. Assim, dependendo do tipo de projecto, os esforços de envolvimento podem e ir além do "local" para, por exemplo, alcançarem os jovens que frequentam a escola ou os membros da comunidade que residem fora da área do projecto. O contacto com uma comunidade pode - e muitas vezes deve - funcionar com e dentro de redes sociais e agir no sentido do aumento da migração e da mobilidade social (veja-se a análise sobre o trabalho dentro das redes e sistemas sociais locais no Capítulo III). Finalmente, é fundamental que a análise de conflitos seja incorporada no envolvimento da comunidade. Embora o envolvimento possa mitigar os riscos de reputação e operacionais da USAID, pode gerar desconfiança se não for sensível aos conflitos.

Um estudo ou uma série de estudos de delimitação de âmbito, tanto de campo como com base em documentação, são utilizados para identificar comunidades. Conforme foi mencionado anteriormente, as comunidades inicialmente identificadas como grupos-alvo podem potencialmente expandir-se ou contrair-se durante a vida do projecto. Mas as comunidades-alvo iniciais devem ser identificadas, e a informação resumida deve ser preparada pelo Representante do Oficial do Acordo da USAID (AOR)/Representante do Oficial Contratante (COR) e pelos parceiros de implementação, para informar as fases futuras do envolvimento. As informações devem incluir, no mínimo, se há povos indígenas presentes, onde estão, e informações demográficas básicas, bem como as suas relações com as comunidades circundantes. Além disso, a aprendizagem da história, bem como dos sistemas políticos, culturais e económicos destes grupos, pode melhorar muito o envolvimento inicial e subsequente. Por exemplo, as normas culturais relacionadas com o género podem afetar a forma como homens e mulheres participam e os tipos de acções que podem assumir. A aprendizagem da história de um povo mostra respeito pelo seu património e também revela mudanças que afetaram a sua subsistência e direitos (por exemplo, migrações, realocações, novos investimentos ou ocupações).

APRESENTAÇÕES E CONTACTO INICIAL

A consulta ou o diálogo não devem ser o primeiro passo no envolvimento. A consulta implica algum nível de relacionamento ou mesmo de envolvimento. É fundamental desenvolver um quadro de consulta, incluindo a determinação do nível de consulta que as comunidades podem e desejam empreender, se ele existir, e estabelecer regras de contacto culturalmente adequadas. Consulte o [PRO-IP](#) para mais informações sobre esta fase de envolvimento dos Povos Indígenas.

Os primeiros passos antes de se organizar uma consulta ou uma série de consultas devem incluir o seguinte:

1. Identificação das principais comunidades e dos esforços anteriores de diálogo e envolvimento por parte da USAID e de outros atores importantes (por exemplo, outros doadores).
2. Análise da história e da cultura das comunidades.
3. Análise de conflitos e riscos a fim de evitar danos causados por consultas. Por exemplo, tal análise poderá identificar a percepção de que a consulta deixa de fora um grupo ou privilegia determinado grupo em detrimento de outro.

4. Avaliação logística com o intuito de determinar os melhores horários e locais para consultas e permitir a participação significativa de um elevado número de membros da comunidade.
5. Desenvolvimento de protocolos de consulta entre a USAID e os representantes da comunidade, incluindo eventual compensação pela participação e o que essa compensação pode implicar para o envolvimento futuro.

DIÁLOGO

O diálogo envolve uma conversa, tipicamente informal, entre duas ou mais pessoas ou grupos, na qual são trocadas informações e ideias. Os grupos de discussão (ver Capítulo III, Envolvimento Direto, para mais pormenores) são frequentemente utilizados no diálogo, mas outros métodos, tais como mesas redondas ou mesmo workshops, podem ser utilizados, dependendo do objetivo. O diálogo poderá fazer parte do contacto inicial e das apresentações, para identificar as partes interessadas, compreender as perspectivas locais, e recolher informações sobre o contexto.

CONSULTA

A consulta é um processo, frequentemente mediado e orientado pelo quadro de consultas desenvolvido nas fases iniciais de contacto, através do qual é solicitada a contribuição da comunidade para as questões que as afectam. A consulta é utilizada para fornecer informações sobre o processo, os objetivos e a estratégia e intervenções propostas para identificar potenciais impactos (positivos ou negativos) e as medidas de mitigação; para recolher feedback sobre a intervenção ou estratégia proposta; e para determinar o nível e tipo de apoio.

As consultas formais envolvem um fluxo de informação, durante o qual a USAID partilha os detalhes da actividade com as comunidades e outros intervenientes, que depois fornecem feedback informado livremente sobre a actividade antes da sua implementação.

CONSENTIMENTO PRÉVIO, LIVRE E INFORMADO

O FPIC é uma norma reforçada de consulta aos Povos Indígenas realizada de acordo com as normas internacionais e de acordo com o [PRO-IP](#) da USAID. Baseia-se no princípio de que antes de se poder realizar uma acção que afecte positiva ou negativamente os Povos Indígenas, as pessoas ou comunidade afetadas devem dar a sua aprovação para que a actividade avance ("consentimento"). No entanto, os Povos Indígenas, as pessoas ou a comunidade devem ter informações completas sobre a actividade; caso contrário, o consentimento não faria sentido, pois não se basearia em conhecimentos adequados sobre a actividade proposta e o seu impacto potencial ("informado"). A comunidade dos Povos Indígenas deve fornecer o consentimento antes do início da actividade ("prévio"). Também é fundamental que a comunidade não sinta nenhuma pressão ou coerção para concordar com a actividade ("livre"). O FPIC procura determinar o nível de apoio entre os Povos Indígenas, assegurar que a intervenção mantenha o apoio ao longo da sua vida útil, partilhar informações completas sobre os impactos potenciais (e identificar quaisquer impactos adicionais) com as partes interessadas, e partilhar as medidas de mitigação propostas (desenvolvidas na fase de consulta), determinando se elas são suficientes e aceitáveis. O FPIC é realizado antes e durante todo o projecto.

ENVOLVIMENTO ACTIVO E INCLUSIVO

O envolvimento activo e inclusivo pode assumir muitas formas e ocorrer sem uma parceria ou processo formal, como na co-criação. Com um envolvimento prolongado, é provável que tanto as comunidades colaboradoras como a USAID possam dedicar recursos e desenvolver compromissos para sustentar a participação. Mesmo que informalmente, é importante delinear os papéis e responsabilidades, bem como as expectativas: O envolvimento, incluindo viagens ou outras despesas, receberá compensação? Como é que essa compensação vai ser gerida? A participação é inclusiva? Quem é responsável pela monitorização e apresentação de relatórios sobre o envolvimento, e como é que as comunidades fornecem feedback? As circunstâncias do envolvimento evoluem, por isso é importante visitar as condições regularmente. Um exemplo de envolvimento activo e inclusivo vem do projecto da USAID [Biodiversidade e Mudanças Climáticas da África Ocidental](#), envolvendo a conservação das áreas costeiras e de manguezal e a adaptação às alterações climáticas realizada com as comunidades no estuário do rio Sherbro, na Serra Leoa.

PARCERIA

Numa parceria com a USAID, as comunidades envolvem-se na concepção de um projecto ou actividade, ou na sua implementação, monitorização e avaliação. Numa parceria, as comunidades têm um verdadeiro poder de tomar decisões. Uma parceria proporciona um elevado nível de envolvimento contínuo e pode implicar a negociação e a assinatura de um memorando de entendimento formal. A USAID pode trabalhar com as comunidades para se envolver na concepção de um projecto ou actividade, ou como parceiro de implementação da actividade. (As unidades operacionais devem consultar regularmente o responsável jurídico regional competente e o Gabinete de Gestão de Aquisições e Assistência, caso adotem uma abordagem de parceria. Se uma unidade operacional determinar que é apropriada uma parceria para determinada intervenção, deverá sondar tal tipo de acordo antes do lançamento da concepção do projecto ou actividade para se assegurar da adesão de todos os parceiros desde as primeiras fases da tomada de decisão. A parceria continua até à conclusão da intervenção, que pode ser alargada para além do final do financiamento pela USAID.

TABLA I. PONTOS DE ENTRADA E PAPÉIS DO ENVOLVIMENTO

SITUAÇÃO/ CONTEXTO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	PAPEL DO PESSOAL DA USAID	PAPEL ILUSTRATIVO DO PARCEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO
Estratégia de Cooperação para o Desenvolvimento do País (CDCS) ou outro exercício de planeamento em grande escala Desenvolvimento do Exame Ambiental Inicial	Passar das fases de pré consulta (introdução e contacto inicial) à de consulta, conforme o possível, em qualquer área proposta para identificação dos Povos Indígenas das comunidades locais, gestão de riscos, integração de dimensões culturais na CDCS ou outras análises em grande escala, e integração da participação na estratégia global.	As Missões e unidades operacionais da USAID realizam revisões de carteira e balanços intercalares a fim de adaptar as estratégias dos países ou outros planeamentos em grande escala às mudanças no contexto, às necessidades de desenvolvimento, às novas prioridades e aos testemunhos da bibliografia sobre implementação e desenvolvimento. As unidades operacionais são também responsáveis por garantir a conformidade ambiental de cada actividade da USAID durante todo o ciclo do projecto através do processo de avaliação ambiental da USAID.	Conforme aplicável, usar os CDCS, o planeamento de exercícios em grande escala e as análises do Exame Ambiental Inicial para orientar os projetos.
Concepção do projecto com a área alvo e a população	Identificar as comunidades e (conforme aplicável) descrever como estão organizadas, identificar os pontos fortes e fracos da representação, fazer corresponder às necessidades e capacidades da comunidade e elaborar um quadro de cooperação. Integrar mecanismos de Não Prejudicar (Do No Harm), feedback e reclamação e reparação, conforme necessário. Identificar potenciais impactos nocivos para a comunidade e as dinâmicas comunitárias- especialmente no que diz respeito às dinâmicas de poder político, social e de género - incluindo formas de violência social e física e violência de género.	Realizar a devida diligência em relação à presença de Povos Indígenas e outros grupos vulneráveis; delegar análises de conflitos conforme o apropriado.	Incorporar a participação na concepção do projecto e nos critérios de desempenho. Validar os resultados com as comunidades e integrar os resultados e recomendações do envolvimento comunitário e da análise de conflitos no trabalho formas de co-criar com as comunidades.

TABLA I. PUNTOS TEMÁTICOS Y ROLES EN LA PARTICIPACIÓN

SITUAÇÃO/ CONTEXTO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO	PAPEL DO PESSOAL DA USAID	PAPEL ILUSTRATIVO DO PARCEIRO DE IMPLEMENTAÇÃO
Concepção de projecto sem área alvo específica (por exemplo, reforma das políticas)	Identificar comunidades potencialmente afectadas (por exemplo, áreas afectadas pela reforma agrária ou pelo reforço dos sistemas de saúde); considerar se os Povos Indígenas ou outras comunidades estão devidamente representados.	Realizar a devida diligência em relação à presença ou envolvimento de Povos Indígenas e outros grupos vulneráveis; delegar análises de conflitos ou de economia política conforme apropriado.	Validar os resultados com as comunidades e integrar no plano de trabalho recomendações de envolvimento comunitário e análises de conflito ou de economia política; ponderar formas de co-criar com as comunidades.
Implementação	Dependendo das consultas, o envolvimento pode variar desde a comunicação regular com as comunidades até à co-gestão do projecto (Ver a Tabela 2).	Transmitir as informações, contactos e processos aos implementadores. Empreender a devida diligência da "satisfação dos clientes" através de visitas ao local e análise de relatórios e atribuições orçamentais.	Contratar pessoal qualificado e atribuir recursos suficientes. Empreender a devida diligência na obtenção de feedback das comunidades; sempre que possível, implementar a co-gestão; gerir o envolvimento de forma adaptável com o feedback.
Área alvo com Povos Indígenas	Empreender o FPIC na fase inicial da concepção e durante todo o projecto. O envolvimento pode variar desde a comunicação regular até à co-gestão.	A USAID AOR/COR integra o FPIC na adjudicação/contrato e no plano de trabalho e monitoriza-o.	Fornecer competências contratuais conforme necessário (de acordo com o acordado com a USAID AOR/COR).
Planos de Monitorização, Avaliação e Aprendizagem (MEL)	Adotar abordagens CLA com as comunidades; por exemplo, co identificar e utilizar indicadores e outras medidas que sejam relevantes para as comunidades, bem como a verificação comunitária da análise de dados da monitorização e recolha de dados a nível comunitário. Integrar o risco social e as respetivas medidas de mitigação nos Planos de Mitigação e Monitorização Ambiental (EMMPs). Analisar os impactos sociais identificados no EMMP.	Incluir o CLA com as comunidades no plano de trabalho e no plano MEL. Desenvolver um âmbito de trabalho para integrar o risco social no EMMP. Delegar a análise do impacto social em casos de conflito, litígio ou más relações comunitárias.	Colaborar com a USAID AOR/COR e o pessoal técnico para incorporar o envolvimento da comunidade no plano MEL. Empreender uma gestão adaptativa de acordo com os resultados da análise do impacto social ou EMMP.

III. ABORDAGENS E FERRAMENTAS DE ENVOLVIMENTO

Este capítulo apresenta primeiro quatro abordagens ou quadros para orientar o envolvimento baseado na experiência global e da USAID que estabelecem uma base de confiança e de aprendizagem mútua entre as comunidades, a USAID e os parceiros. Em seguida, descreve ferramentas ou métodos-chave para o envolvimento e coloca-os no contexto das formas ou fases de envolvimento discutidas no Capítulo II (Tabela 2). O nível de envolvimento, a abordagem e as ferramentas utilizadas dependerão dos objetivos de cada actividade. Se determinada actividade apresentar potenciais impactos ambientais ou sociais adversos, conforme determinados pela triagem inicial e pelas consultas, são necessárias abordagens de envolvimento mais formais.

ABORDAGENS E FERRAMENTAS DE ENVOLVIMENTO

As abordagens ao envolvimento devem ser informadas pelas boas práticas e por uma visão de como o envolvimento se enquadra na cultura de determinada comunidade e pode ser sustentado através dos sistemas locais. Existem numerosas ferramentas ou métodos de envolvimento, mas a *abordagem* global pode modelar a forma como estas ferramentas são seleccionadas e utilizadas. Por exemplo, um inquérito aos agregados familiares para melhor compreender as necessidades e desafios das comunidades poderá ser um exercício extractivo - "extrair" os dados e nunca devolver os resultados aos informadores - ou um exercício de capacitação, em que a população local é formada para realizar o inquérito e depois verificar e comunicar os resultados à comunidade. As quatro abordagens que se seguem incorporam realidades comunitárias e experiência e sistemas da USAID.

INQUÉRITO APRECIATIVO

Em vez de se concentrarem nos problemas e preocupações, as equipas de envolvimento podem começar por perguntar que medidas as pessoas estão a tomar para melhorar as suas comunidades e ambientes, não só através do projecto mas particularmente por sua própria iniciativa. Esta abordagem de inquérito apreciativo demonstra respeito e conquista uma visão útil das prioridades e pontos fortes da comunidade. O inquérito apreciativo coloca as comunidades numa posição inicial mais forte e fornece uma base para o trabalho colaborativo no qual a USAID e os parceiros contribuem para os planos e estratégias desenvolvidos pelas comunidades. A criação da confiança é o elemento mais importante da participação, e uma abordagem de inquérito apreciativo pode fomentar essa confiança.

Foi utilizado um inquérito apreciativo no Uganda para criar confiança e planear ações coletivas em torno do Parque Nacional do Monte Elgon entre os antigos pastores que migraram para a área, os Povos Indígenas (os Ogiek) e a Uganda Wildlife Authority.²

² Tanui, J.K.; D. Russell; D.C. Catacutan y T.T.B. Yatich. 2007. *Land Care in East Africa: Redefining social movement through understanding the capacity of rural people to develop holistic actions in civil society*. Nairobi, Quênia: World Agroforestry. <https://www.worldagroforestry.org/publication/land-care-east-africa-redefining-social-movement-through-understanding-capacity-rural>

TRABALHAR COM E DENTRO DAS REDES E SISTEMAS SOCIAIS LOCAIS

A participação é potencializada e sustentada quando as mensagens e acções são incorporadas nos sistemas sociais locais. Os sistemas sociais incluem os grupos e redes da sociedade civil, grupos de base religiosa, sistemas de mercado e de cadeia de valor, grupos de interesse, grupos formados em torno da governação de uma localidade ou de um recurso natural, ex-alunos, redes de parentesco e outros grupos sociais informais. A comunicação e aprendizagem entre pares dentro dos sistemas locais é considerada um dos métodos mais eficazes de comunicação para a mudança de comportamentos.

O Grupo de Sistemas Locais e o Gabinete de Sistemas Locais da USAID desenvolveram uma estrutura com ferramentas e experiências associadas para a [compreensão e aproveitamento de sistemas locais](#). Produziram também o guia [Ouvir para a concepção de programas](#), uma ferramenta útil em conformidade com a abordagem de inquérito apreciativo para apoiar o envolvimento. Trabalhar no seio dos sistemas locais é uma boa prática, mas estes sistemas podem conter desigualdades que devem ser identificadas pela USAID e pelos parceiros para efeitos de envolvimento equitativo, não discriminação e objetivos de inclusão social. As desigualdades a nível comunitário podem ser abordadas quando a confiança é estabelecida através de um inquérito apreciativo, do diálogo e da formação de equipas. Por exemplo, o acesso das mulheres à terra numa comunidade local no Quénia foi melhorado através de um diálogo sustentado com os líderes e autoridades tradicionais³.

DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

O quadro do desenvolvimento inclusivo ajuda a USAID e os parceiros a considerar e compreender a diversidade nas comunidades durante o envolvimento, bem como a forma como a inclusividade pode reforçar os resultados.

O desenvolvimento inclusivo é o conceito segundo o qual cada pessoa, independentemente da sua identidade, é essencial para a transformação das suas próprias sociedades, e que a sua inclusão ao longo de todo o processo de desenvolvimento conduz a melhores resultados. Como o documento de ajuda da ADS 201 intitulado *Abordagens sugeridas para a integração do desenvolvimento inclusivo ao longo do ciclo do programa e em operações de missão*⁴ explica, “o desenvolvimento inclusivo é um bom desenvolvimento [porque]:

- O envolvimento de grupos marginalizados permite à USAID identificar as necessidades de desenvolvimento destes grupos e implementar actividades que melhor correspondam às suas necessidades (em comparação com as actividades concebidas para a população em geral).
- O envolvimento robusto através de consultas e outras reuniões pode levar a uma maior adesão da comunidade a programas de desenvolvimento, o que pode conduzir a resultados mais sustentáveis.

³ <https://www.land-links.org/document/kjp-success-story-kenya-justice-project-pilot-ready-to-be-scaled-up-nationwide/>

⁴ <https://usaideallearninglab.org/resources/suggested-approaches-integrating-inclusive-development-across-program-cycle-and-mission>

- O contacto com grupos marginalizados ajuda a identificar impactos de intervenções que podem diferir dos impactos sobre a população em geral. Isto é fundamental para a identificação e mitigação de potenciais impactos adversos.
- As comunidades marginalizadas podem possuir conhecimentos locais significativos que podem ser aproveitados na concepção de programas a fim de melhorar os resultados da agricultura ou da conservação".

CO-CRIAÇÃO E CO-GESTÃO

A co-criação é uma abordagem de concepção de actividades que reúne as pessoas para produzir um resultado mutuamente valorizado, utilizando um processo participativo que assume um certo grau partilhado de poder e de tomada de decisões. É um processo limitado no tempo que se concentra em gerar um resultado específico. A co-criação é uma técnica que pode ser utilizada em vários pontos ao longo do ciclo dos programas da USAID. As comunidades podem partilhar a autoridade decisória durante o processo. A USAID está a elaborar um grande número de acordos de co-criação, de parceria e de co-gestão nas suas carteiras. Estas estruturas incorporam uma série de ferramentas que abrangem muitos processos desde a mediação até a aquisição.

As missões devem trabalhar com o Gabinete de Gestão de Aquisições e Assistência, o Laboratório de Inovação para o Desenvolvimento do Gabinete para o Desenvolvimento, Democracia e Inovação e o respetivo gabinete regional para empreenderem um processo de co-criação que cumpra os regulamentos de aquisição e assistência.

A USAID desempenha um papel fundamental como promotora de co-criações e mediadora de relações de poder entre colaboradores potenciais e activos (comunidades, governo e sector privado). Este papel pode implicar o fornecimento de recursos adicionais às comunidades para desenvolver as suas capacidades e nivelar as condições de equidade. Um exemplo é a actividade USAID/ Clima, Natureza e Comunidades da Guatemala na Guatemala, uma iniciativa liderada pela Rainforest Alliance em parceria com a Associação das Comunidades Florestais de Petén, que apoiou concessões florestais na gestão de quase 17% dos 2,1 milhões de hectares da Reserva da Biosfera Maia.⁵

Na co-criação e co-gestão, as comunidades são frequentemente representadas por organizações da sociedade civil (OSC) ou, no caso dos Povos Indígenas, por lideranças tradicionais. A devida diligência é importante mesmo nos casos em que a OSC pode gerir diretamente o financiamento da USAID. Por exemplo, algumas OSC podem não ser vistas como responsáveis perante os utentes, especialmente aqueles que se encontram em áreas mais remotas, na medida que passam do activismo para prestação de serviços.

⁵ <https://www.rainforest-alliance.org/in-the-field/new-report-shows-net-forest-gain-in-maya-biosphere-reserve/>

A liderança pode tornar-se mais tecnocrática para satisfazer as necessidades dos doadores e ficar menos ligada às necessidades da comunidade. Estas observações não pretendem denegrir as OSC ou os líderes tradicionais - é muito positivo quando as OSC podem receber financiamento direto - mas destinam-se a ajudar a USAID e os parceiros na avaliação e no desenvolvimento de capacidades, conforme o necessário.

CAIXA 2. QUANDO RECORRER AOS CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

Como qualquer outra área técnica, o envolvimento das comunidades, a recolha de informação de e com elas, o planeamento e a criação de confiança requerem experiência e competências. A desconfiança e os mal-entendidos são as principais causas do fracasso dos projetos. É tentador para os parceiros de implementação querer levar a cabo o envolvimento por conta própria, para o qual é preciso tempo e recursos para recrutar ou contratar peritos. No entanto, tais investimentos compensam quando esta competência é incorporada, respeitada e dotada de recursos. Os conhecimentos especializados em matéria de envolvimento não estão necessariamente ligados a qualificações específicas no CV de qualquer pessoa. Um membro do pessoal pode ser formado em botânica e ter excelentes capacidades de envolvimento comunitário. Por isso, a USAID e os parceiros devem investigar os candidatos quanto às suas experiências e ao feedback das comunidades com quem trabalharam. A boa prática corresponde a que um membro do pessoal sirva de mentor a outros no projecto e dentro das comunidades para se tornarem mais eficazes no envolvimento, mediação e aprendizagem.

FERRAMENTAS-CHAVE PARA O ENVOLVIMENTO

As ferramentas descritas neste capítulo podem ser utilizadas de múltiplas formas no contexto de uma abordagem ou enquadramento sólido, tal como descrito anteriormente. Em geral, a utilização dos métodos menos invasivos para consultar e recolher informações, mantendo a transparência e a representatividade, não só poupa dinheiro, mas também, e mais importante, evita as coletas de dados e as reuniões desnecessárias e demoradas que não ajudam a comunidade.

IDENTIFICAÇÃO E PRÉ-CONSULTA DAS COMUNIDADES

Identificação dos Povos Indígenas (de acordo com o PRO-IP)

Quadro opcional de [Avaliação do Impacto Social](#)

O **Rapid Rural Appraisal (RRA)** e o **Participatory Rural Appraisal (PRA)** são formas de coleta de dados estruturados que outrora eram vulgarmente utilizados no planeamento de projectos de desenvolvimento rural da USAID. RRA e PRA reúnem um conjunto de diferentes disciplinas, como a sociologia rural, a agricultura e a gestão de recursos naturais. O objectivo da RRA/PRA é recolher um conjunto de informações sobre as pessoas e os ecossistemas de uma região, incluindo os grupos étnicos e culturais e as suas interações, os sistemas agrícolas e de gestão de recursos naturais, os órgãos de governação, e as tendências sociais, demográficas e ambientais. A PRA é utilizada adequadamente não só para recolher informações mas também para planear intervenções com um grupo de potenciais beneficiários, com base numa análise conjunta de problemas e situações. Embora a RRA e a PRA requeiram muita mão-de-obra, este tipo de método pode ser útil se os dados forem escassos, a área do projecto for grande e existir o desejo de envolver vários grupos. As [ferramentas do Sumário de RRA e PRA](#) descrevem os métodos da USAID, demonstram a aplicabilidade destes métodos e encorajam a sua aplicação rigorosa a fim de obter os melhores resultados a partir destes tipos de avaliações.

ENVOLVIMENTO DIRETO

As **entrevistas com informadores e grupos de discussão principais** são métodos flexíveis (estruturados, não estruturados, ou semiestruturados) para a coleta de informações. Normalmente empregam *guias de entrevista* em vez de questionários fixos, o que permite aos entrevistadores colocar questões e conduzir as conversas a um ritmo e sequência confortáveis para os inquiridos e, portanto, podem permitir o acesso a formas específicas de informação, incluindo informações sensíveis, que devem ser devidamente tratadas para proteger os informadores. As entrevistas com informadores e grupos de discussão principais podem também produzir informações incompletas ou enganosas e podem pôr em risco os informadores se forem realizadas de forma inadequada ou se os dados forem mal interpretados. Por exemplo, um informador pode descrever uma violação dos direitos humanos, e se a acusação for transmitida às autoridades, poderá haver repercussões.

Se o pessoal decidir recolher informações através de entrevistas a informadores e grupos de discussão principais, é de considerar a possibilidade de receber formação sobre entrevistas qualitativas e deve adoptar uma postura de paciência e humildade, ouvindo mais do que falando. Antes de qualquer coleta formal de dados, deve-se organizar uma ronda de conversas informais de grupo que envolva diferentes sectores da sociedade, tais como homens, mulheres e jovens de localidades diferentes, para se ter uma noção da diversidade de perspetivas. A forma como as pessoas enquadram os conceitos e preocupações em debate aberto revela o que é importante para elas e como pensam. Por exemplo, quais são as suas aspirações? O que é que "bem-estar" significa para elas? Quais são os elementos que o integram? Por que padrões o avaliam?

Obter conhecimentos sobre como as pessoas percebem e enquadram certas questões pode enriquecer a compreensão tanto dos próprios participantes como do assunto em questão. Note-se que no contexto do desenvolvimento de projectos, no entanto, as pessoas podem querer agradar ao entrevistador e tentar expressar aquilo que pensam que o entrevistador quer ouvir. Um tradutor ou assistente competente e de confiança pode assim ser inestimável

CAIXA 3. CONSIDERAÇÕES PARA O PESSOAL DA USAID QUE UTILIZE ENTREVISTAS COM INFORMADORES E GRUPOS DE DISCUSSÃO PRINCIPAIS DURANTE AS VISITAS DE CAMPO

- Prever tempo e recursos adequados, tais como tradutores e mediadores com formação, bem como a logística da viagem para locais mais remotos.
- Usar a abordagem de inquérito apreciativo
- Informar-se sobre a história das pessoas da terra, tanto no passado como mais recentemente. Perguntar como a migração, a mobilidade e outras mudanças têm afectado a comunidade.
- Entrevistar as comunidades de forma independente do parceiro local. Utilizar tradutores ou assistentes independentes que sejam vistos como "infiltrados culturais" com base no género, etnia, classe e outras características; essa pessoa ou pessoas (por exemplo, por questões de género ou outras questões de diversidade) podem melhorar grandemente a qualidade da informação obtida e o fluxo das conversas.
- Conforme o apropriado, consultar autoridades respeitadas sobre como entrevistar Povos Indígenas, mulheres, homens ou outros subgrupos separadamente, e como o fazer de forma culturalmente adequada.
- Esforçar-se por obter uma grande variedade de pontos de vista sobre temas de interesse. Se houver uniformidade de opiniões ou se parecer que as pessoas foram "treinadas" para responder de uma certa forma, pode haver um problema com a abordagem e com os métodos utilizados.
- Programar as reuniões de acordo com as conveniências das pessoas ou do grupo, preferencialmente quando já estiverem a reunir-se e não durante os momentos em que necessitem de estar a cuidar dos seus campos ou a desempenhar outras funções. Este ponto é particularmente importante em termos de participação das mulheres.

CONSULTAS, CONSENTIMENTO E FEEDBACK

Mecanismos de Retroalimentação feedback, planos de assistência aos clientes e inquéritos:

Há anos, as Missões da USAID empreenderam avaliações de assistência aos clientes e criaram planos de assistência aos clientes baseados em consultas com comunidades. Um plano desses pode ser desenvolvido com base numa avaliação das necessidades e monitorizado no âmbito do plano MEL. A assistência aos clientes é particularmente relevante se a USAID estiver a apoiar ou desenvolver um serviço como os da área da saúde ou da educação. A análise das informações poderá levar a melhorias no serviço e incentiva os homólogos do país anfitrião a tornarem-se mais orientados para o consumidor e para o serviço. Por exemplo, se um serviço de saúde for considerado dispendioso ou mal prestado, as pessoas podem recusar a sua utilização e o investimento da USAID pode ser desvalorizado. Uma avaliação da assistência aos clientes pode revelar esses problemas e recomendar mudanças não só no serviço mas também na forma como o prestador dos serviços local comunica com os clientes.

MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA COLABORAÇÃO, APRENDIZAGEM E ADAPTAÇÃO

A CLA pode promover o envolvimento através da aprendizagem mútua e da partilha quando é expandida para além da USAID e dos parceiros directos de implementação a fim de incluir as comunidades. Existem várias ferramentas MEL que podem melhorar a participação se as comunidades estiverem directamente envolvidas. Muitas são formas de “[monitorização consciente da complexidade](#)” que proporcionam uma oportunidade para as comunidades e outros intervenientes prestarem um contributo directo. Estas incluem a "colheita de resultados" (outcome harvesting) e a "mudança mais significativa" (most significant change), entre outras. O "[levantamento](#)" (stocktaking) é outra abordagem utilizada na gestão de recursos naturais que recolhe informação das comunidades sobre resultados reais numa área de projecto, independentemente de esses resultados poderem ser atribuídos ao investimento da USAID. Esta abordagem de avaliação é construída em torno dos conhecimentos e experiências dos protagonistas locais e não dos implementadores de projectos.

CAIXA 4. OS INDICADORES DE BASE REFORÇAM O ENVOLVIMENTO

A utilização de indicadores de base assenta no conhecimento indígena e local e reforça o envolvimento. As medidas de base são uma forma de dados científicos e devem ser integradas com outros dados científicos para uma monitorização robusta. Por exemplo, os caçadores e pescadores podem medir as capturas por unidade de esforço e fazer observações transversalmente. As medidas de mudança social propostas pelos Povos Indígenas permitem uma compreensão do que eles veem como tendências e preocupações importantes. Num local da USAID, os Povos Indígenas observaram que "o número de casamentos entre clãs" era um indicador chave da atenuação de conflitos. Em termos de alterações climáticas, as observações sobre mudanças no calendário das estações, intensidade das chuvas e incêndios, vegetação, sistemas de cultivo e movimentos dos animais podem ser altamente significativas.

Os **inquéritos** são frequentemente utilizados para recolher informação geral sobre agregados familiares ou pessoas, porém pode tratar-se de um método caro e ineficiente, especialmente se não existirem dados de recenseamento para criar um quadro de amostragem. Se os inquéritos forem efetuados sem um quadro de amostragem (ou seja, sem a ideia de se ou como os inquiridos representam uma população alvo mais vasta), os dados têm pouca utilidade em termos científicos ou para a tomada de decisões baseadas em factos. Além disso, o "agregado familiar" pode ser uma unidade de análise

deficiente quando se encontram impactos diferenciais importantes dentro das famílias (homens, mulheres, jovens, pessoas portadoras de deficiência, e lésbicas, homossexuais, transexuais e intersexuais).

Certifique-se de assegurar a contribuição local e consultar peritos em ciências sociais antes de elaborar e realizar um inquérito. Se forem mal concebidos, os inquéritos podem gerar informações enganosas ou mesmo falsas. As pessoas fornecem frequentemente respostas normativas - o que pensam que devem dizer ou fazer - e o seu comportamento e ações reais só podem ser confirmados através da observação, especialmente quando isso envolve assuntos sensíveis (a informação resultante de entrevistas a informadores e grupos de discussão principais também pode ser distorcida desta forma, mas uma boa mediação criará confiança e encorajará a diversidade de pontos de vista). Os inquéritos que envolvam a seleção de agregados familiares ou pessoas e entrevistá-los separadamente podem criar suspeitas. Por fim, se a análise dos dados do inquérito nunca for devolvida às comunidades que fornecem os dados, o inquérito tem pouco ou nenhum valor para elas. Portanto, é uma boa prática atribuir tempo e recursos para se validar e partilhar os resultados dos inquéritos.

Num ambiente de investigação, são frequentemente utilizados métodos qualitativos e quantitativos agrupados para maior precisão, permitindo a "triangulação" de pontos de vista que podem divergir, dependendo do papel e estatuto dos informadores. Num ambiente de desenvolvimento aplicado, isso pode não ser possível. O estabelecimento de confiança e o desenvolvimento de métodos de recolha de dados de forma participativa melhorará grandemente a qualidade dos dados recolhidos junto das comunidades.

TABLA 2. QUANDO UTILIZAR AS ABORDAGENS E FERRAMENTAS

OBJETIVO DA PARTICIPAÇÃO	FERRAMENTA OU ABORDAGEM	CONSIDERAÇÕES
Identificação inicial das comunidades	Análise de estudos, relatórios, avaliações e literatura académica selecionada, inquéritos demográficos e mapas de qualquer área do projecto; discussão com pessoas com conhecimentos; análise de sistemas locais; avaliações rápidas.	As avaliações rápidas devem ser feitas após análise da documentação e a consulta de peritos.
Consultas com as comunidades	Empreender as etapas de pré-consulta; A abordagem inicial da consulta dependerá da dimensão e da diversidade do grupo Análise de desenvolvimento inclusiva e análise de género Entrevistas de informadores chave para desenvolver uma abordagem Grupos de discussão, dissociados de forma apropriada para recolher opiniões diversificadas Abordagem de inquérito apreciativo para entrevistas a informadores e grupos de discussão principais	Analisar informação sobre cultura e protocolos sociais, bem como sobre diversidade e representação da comunidade. Efetuar ou rever uma análise de conflito se a zona for de conflito ou potencial conflito. Pode ser necessário FPIC nesta fase para que os Povos Indígenas possam ser envolvidos em fases futuras.
Concepção do projecto com as comunidades	Ferramentas PRA que facilitam o planeamento conjunto; Ver ferramentas adicionais no Guia de Instruções da USAID	Dependendo do tipo de projecto, estas etapas podem ser empreendidas pelo parceiro de implementação no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho.
Devida diligência e gestão de riscos	Avaliação do impacto social Análise de conflitos Exames Ambientais Iniciais e EMMPs Mecanismo de reclamação/feedback	Exige conhecimentos especializados externos.
FPIC	Vários formatos e prazos (veja-se orientação associada)	Exige conhecimentos especializados externos.
MEL/CLA	Formação das comunidades para emprenderem MEL nas suas comunidades	Necessidade de incorporar os contributos da comunidade nos planos formais MEL. Incluir o envolvimento nos critérios de desempenho. Criar fortes teorias de mudança ligando o envolvimento aos resultados

IV. CONCLUSÃO E ETAPAS SEGUINTE

Este guia destina-se a fornecer uma introdução às políticas, abordagens, quadros e ferramentas que facilitam e aumentam o envolvimento das comunidades, bem como inspirar o pessoal da USAID a mergulhar na riqueza do envolvimento comunitário. Pode ser ainda melhorado pelas experiências do pessoal da USAID, dos implementadores e das comunidades.

Consequentemente, é importante registrar as experiências e lições aprendidas com o envolvimento da comunidade nos relatórios dos parceiros. Além disso, a incorporação de mecanismos de feedback e reclamação permite que as comunidades forneçam contributos e expressem preocupações. Tais mecanismos reduzem também a possibilidade de danos e os riscos de reputação para o parceiro e para a USAID. Finalmente, as unidades operacionais da USAID devem desenvolver critérios de desempenho para a qualidade do envolvimento, bem como ter em conta a contribuição do envolvimento comunitário para a obtenção de resultados, os quais podem ser identificados através das avaliações e apreciações.